

CONSTRUIR UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA

Dom Reginaldo Andrietta, Bispo Diocesano de Jales

O Brasil que chegou a ser sexta economia mundial, retrocedeu para a nona posição. Mesmo assim sua economia é potente, mas controlada por grandes grupos econômicos transnacionais, com predomínio do setor financeiro. É coerente, então, afirmar que é um país democrático, estando submetido a um modelo econômico concentrador de riquezas e gerador de miséria?

A corrupção do setor público, apontada como um dos grandes problemas do país, está relacionada à corrupção endêmica no setor privado. Quanto maior é a empresa, maior é seu lucro, geralmente utilizado em benefício de poucos e, às vezes, em função de grupos políticos predispostos a gerir a vida pública em favor de interesses privados e em detrimento do bem comum.

A corrupção no Brasil sempre existiu, sendo mais notória nos últimos anos graças às denúncias e investigações possibilitadas por avanços democráticos. Quanto mais, então, a democracia progride, mais ajuda a superar a cultura da corrupção e outros males relacionados. Por isso, devemos visualizar novos passos para que nossa democracia, hoje, ameaçada, avance ainda mais.

Nesse sentido, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida em Assembleia Geral, neste mês de abril, emitiu uma mensagem sobre as eleições deste ano, dizendo que “a atual situação do país exige discernimento e compromisso de todos os cidadãos, das instituições e organizações que protagonizam a construção do bem comum e da justiça”.

Diante do contexto difícil em que vivemos, a CNBB aponta à população brasileira o desafio e a oportunidade de crescimento. Este momento é oportuno, por exemplo, para compreendermos que eleições são importantes, mas são insuficientes, sobretudo quando são influenciadas por poderosos grupos econômicos, respaldados por poderosos meios de comunicação.

Essa influência coloca em questão o suposto caráter democrático do processo eleitoral atual e demonstra que a democracia exclusivamente eleitoral é muito limitada. Ademais, qualquer que seja o resultado das eleições, o assédio e a pressão desses poderosos grupos econômicos e midiáticos aos gestores públicos, continuarão condicionando a forma de se governar.

Caso esses grupos não consigam influenciar os gestores públicos, procurarão desmoralizá-los, como se tornou praxe, para impedir o exercício de suas funções. A democracia necessita, então, avançar na direção de um Estado independente dessas ingerências e de um modelo econômico também democrático. Afinal, a democracia política depende e está em função da democracia econômica.

Necessitamos, então, avançar na direção de um projeto comum de sociedade que assegure direitos iguais a todos, conforme prevê a própria Constituição Federal, no capítulo 1, artigo 5º, dizendo que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Que esse princípio ético e legal nos sirva de guia para a construção progressiva de uma verdadeira democracia!

Jales, 19 de abril de 2018.